


caderno de  
**QUESTÕES**



 **NOVA**  
CONCURSOS

**1.000**

**QUESTÕES DE PROVAS**  
**SELECON**

**INSTITUTO SELECON**

# SUMÁRIO

PORTUGUÊS .....	15
→ ORTOGRAFIA — CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS .....	15
→ ACENTUAÇÃO .....	16
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS .....	17
→ SUBSTANTIVO .....	20
→ ADJETIVO .....	21
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS .....	22
→ PRONOMES PESSOAIS .....	24
→ ADVÉRBIO .....	25
→ PREPOSIÇÃO .....	26
→ CONJUNÇÃO .....	27
→ COLOCAÇÃO PRONOMINAL .....	29
→ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS .....	30
→ HOMÔNIMOS E PARÔNIMOS .....	31
→ DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO .....	32
→ POLISSEMIA .....	33
→ FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO .....	34
→ SUJEITO .....	35
→ ORAÇÕES COORDENADAS .....	36
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS .....	37
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS .....	38
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS .....	39
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES ETC.) .....	40
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS) .....	49
→ CRASE .....	49
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL) .....	50
→ VOZES (VOZ PASSIVA E VOZ ATIVA) .....	52
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES — PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES ETC.) .....	53
→ TIPOS DE DISCURSO (DIRETO, INDIRETO E INDIRETO LIVRE) .....	58
→ FIGURAS DE LINGUAGEM .....	59
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO) .....	61

→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL.....	81
→ REESCRITA DE FRASES. SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS DE TEXTO.....	90

## MATEMÁTICA, ESTATÍSTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO..... 99

→ ESTATÍSTICA - MÉDIA PARA DADOS NÃO AGRUPADOS.....	99
→ MÉDIA PARA DADOS EM CLASSE.....	99
→ MÉDIA PONDERADA .....	100
→ QUANTIS (MEDIANA, QUARTIL, DECIL, PERCENTIL) E INTERPOLAÇÃO LINEAR DA OGIVA.....	100
→ EVENTOS E ESPAÇO AMOSTRAL.....	100
→ PROBLEMAS INTRODUTÓRIOS DE PROBABILIDADE: EVENTOS EQUIPROVÁVEIS E ABORDAGEM FREQUENTISTA.....	100
→ PROBABILIDADE DA INTERSECÇÃO .....	100
→ PROBABILIDADE DA UNIÃO .....	101
→ EVENTOS INDEPENDENTES E EVENTOS MUTUAMENTE EXCLUDENTES.....	101
→ PROBABILIDADE DO EVENTO COMPLEMENTAR .....	101
→ TEOREMA DE BAYES.....	101
→ MATEMÁTICA - DEFINIÇÃO, SUBCONJUNTOS, INCLUSÃO E PERTINÊNCIA, OPERAÇÕES, CONJUNTO DAS PARTES.....	101
→ NÚMERO DE ELEMENTOS DA UNIÃO, DA INTERSECÇÃO, DO COMPLEMENTO E DA DIFERENÇA .....	102
→ NÚMEROS NATURAIS: INTRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO, PROPRIEDADES.....	102
→ ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO DE NÚMEROS NATURAIS.....	102
→ DIVISIBILIDADE, NÚMEROS PRIMOS, FATORES PRIMOS, DIVISOR E MÚLTIPLO COMUM (MMC).....	103
→ NÚMEROS INTEIROS (PROPRIEDADES, OPERAÇÕES, MÓDULO, ETC. ....)	103
→ NÚMEROS RACIONAIS: INTRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO, PROPRIEDADES .....	103
→ FRAÇÕES E DÍZIMAS PERIÓDICAS.....	103
→ OPERAÇÕES COM NÚMEROS DECIMAIS.....	103
→ NÚMEROS REAIS (PROPRIEDADES E OPERAÇÕES; INTERVALOS).....	104
→ ANÁLISE COMBINATÓRIA (PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA CONTAGEM, ARRANJOS, COMBINAÇÕES, PERMUTAÇÕES) .....	104
→ PORCENTAGEM.....	110
→ INTERPRETAÇÃO DE GRÁFICOS E TABELAS.....	110
→ PROPORÇÕES. GRANDEZAS PROPORCIONAIS. DIVISÃO EM PARTES PROPORCIONAIS .....	110
→ REGRA DE TRÊS SIMPLES.....	110
→ UNIDADES DE MEDIDA (DISTÂNCIA, MASSA, VOLUME, TEMPO, ETC) .....	111
→ SISTEMA MONETÁRIO .....	111
→ LOGARITMO.....	111
→ EQUAÇÕES DE PRIMEIRO GRAU .....	111
→ EQUAÇÕES DE SEGUNDO GRAU E EQUAÇÕES BIQUADRADAS .....	112
→ EQUAÇÕES EXPONENCIAIS .....	112
→ PROGRESSÃO ARITMÉTICA.....	112
→ PROGRESSÃO GEOMÉTRICA.....	112

→ FUNÇÃO DE PRIMEIRO GRAU .....	112
→ INEQUAÇÕES DE PRIMEIRO GRAU (INEQUAÇÕES SIMULTÂNEAS, INEQUAÇÕES-PRODUTO E QUOCIENTE) .....	112
→ FUNÇÃO DE SEGUNDO GRAU .....	113
→ INEQUAÇÕES DE SEGUNDO GRAU .....	113
→ FUNÇÃO EXPONENCIAL E INEQUAÇÕES EXPONENCIAIS.....	113
→ RAZÕES E FUNÇÕES TRIGONOMÉTRICAS. CICLO TRIGONOMÉTRICO. ....	113
→ MATRIZES .....	113
→ DETERMINANTES .....	113
→ POLINÔMIOS E EQUAÇÕES POLINOMIAIS. EXPANSÃO DE BINÔMIOS. TRIÂNGULO DE PASCAL .....	113
→ ÁREA E PERÍMETRO DO TRIÂNGULO .....	114
→ QUADRILÁTEROS (PROPRIEDADES, ÁREA, PERÍMETRO, SOMA DOS ÂNGULOS, ETC).....	114
→ GEOMETRIA ANALÍTICA.....	114
→ JUROS SIMPLES .....	114
→ JUROS COMPOSTOS .....	115
→ RACIOCÍNIO LÓGICO - OPERADORES LÓGICOS (REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA; DIFERENÇA ENTRE PROPOSIÇÃO SIMPLES E COMPOSTA).....	115
→ TABELA-VERDADE DAS PROPOSIÇÕES COMPOSTAS .....	115
→ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS).....	115
→ ARGUMENTOS - MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE .....	116
→ ASSOCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES.....	116
→ SEQUÊNCIAS DE NÚMEROS, FIGURAS, LETRAS E PALAVRAS.....	117

## INFORMÁTICA ..... 119

→ CONCEITOS GERAIS DE INFORMÁTICA E INTRODUÇÃO .....	119
→ PROCESSADOR (CPU) E ARQUITETURA DE COMPUTADOR .....	119
→ MEMÓRIAS (RAM, ROM, CACHE, HD ETC.).....	119
→ PERIFÉRICOS (DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA).....	119
→ CONCEITOS GERAIS DE SISTEMAS OPERACIONAIS E SISTEMAS DE ARQUIVOS.....	120
→ WINDOWS 10.....	120
→ LINUX / UNIX .....	122
→ WORD 2019.....	122
→ EXCEL 2019.....	123
→ POWERPOINT 2019 .....	123
→ WRITER.....	124
→ CONCEITOS, MODELOS, TIPOS E TOPOLOGIAS DE REDES.....	125
→ EQUIPAMENTOS, MEIOS DE TRANSMISSÃO E CONEXÃO .....	125
→ CONCEITOS DE INTERNET .....	125
→ INTRANET E EXTRANET .....	126
→ MOZILLA FIREFOX.....	126
→ GOOGLE CHROME.....	126
→ MOZILLA THUNDERBIRD .....	126

→ WEBMAILS.....	127
→ REDES SOCIAIS (FACEBOOK, WHATSAPP, ETC.).....	127
→ SITES DE BUSCA (GOOGLE, BING, YAHOO, ETC.).....	127
→ COMPUTAÇÃO EM NUVEM (CLOUD COMPUTING).....	128
→ GOOGLE WORKSPACE.....	128
→ CONCEITOS E PRINCÍPIOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO.....	128
→ AMEAÇAS (VÍRUS, WORMS, TROJANS, MALWARE, ETC.).....	129
→ FIREWALL E PROXY.....	129
→ DEMAIS RECURSOS (IDS, VPN, ETC.).....	130
→ CRIPTOGRAFIA, ASSINATURA E CERTIFICADO DIGITAL.....	130
→ BACKUP.....	130
→ APLICATIVOS PARA VIDEOCONFERÊNCIA (ZOOM, MEETINGS ETC.).....	130

## DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS ..... 133

→ DIREITO CONSTITUCIONAL - CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, ESTRUTURA, SUPREMACIA E CLASSIFICAÇÃO.....	133
→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988).....	133
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....	134
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988).....	138
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS).....	138
→ DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS.....	138
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE.....	138
→ DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ARTS. 18 E 19 DA CF/1988).....	139
→ UNIÃO: BENS E COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS, PRIVATIVAS, COMUNS E CONCORRENTES (ARTS. 20 A 24 DA CF/1988).....	139
→ ESTADOS FEDERADOS - ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS, BENS (ARTS. 25 A 28 DA CF/1988).....	139
→ MUNICÍPIOS - ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS (ARTS. 29 A 31 DA CF/1988).....	139
→ DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (ARTS. 32 E 33 DA CF/1988).....	139
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988).....	140
→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988).....	141
→ DO CONGRESSO NACIONAL (ARTS. 44 A 47 DA CF/1988).....	141
→ DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (ART. 51 DA CF/1988).....	141
→ DO SENADO FEDERAL (ART. 52 DA CF/1988).....	141
→ COMPETÊNCIAS PARA FISCALIZAÇÃO E TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (ARTS. 70 A 73 DA CF/1988).....	142
→ DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ARTS. 76 A 83 DA CF/1988).....	142
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ART. 84 DA CF/1988).....	142
→ DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF (ARTS. 101 A 103 DA CF/1988).....	142
→ DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ (ART. 103-B DA CF/1988).....	143
→ DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ (ARTS. 104 E 105 DA CF/1988).....	143
→ ADVOCACIA PRIVADA E DEFENSORIA PÚBLICA (ARTS. 133 A 135 DA CF/1988).....	143

→ PRINCÍPIOS GERAIS DA ORDEM ECONÔMICA (ARTS. 170 A 172 E 175 A 181 DA CF/1988).....	143
→ DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (ARTS. 201 E 202 DA CF/1988) .....	144
→ DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO (ARTS. 205 A 217 DA CF/1988).....	144
→ DO MEIO AMBIENTE (ART. 225 DA CF/1988) .....	144
→ DIREITOS HUMANOS – DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH).....	144
→ DECRETO Nº 7.037/2009 - PNDH-3 .....	145
→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º AO 7º DA LEI Nº 10.741/2003).....	145
→ LEI Nº 7.853/1989 - LEI DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA.....	146

## **DIREITO ADMINISTRATIVO .....147**

→ ORIGEM, CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	147
→ REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO .....	147
→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS.....	147
→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS.....	148
→ CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS.....	148
→ MÉRITO ADMINISTRATIVO.....	148
→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	149
→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	149
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO .....	150
→ DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO).....	150
→ PODER VINCULADO E DISCRICIONÁRIO .....	151
→ PODER REGULAMENTAR.....	151
→ PODER HIERÁRQUICO .....	151
→ PODER DISCIPLINAR .....	152
→ PODER DE POLÍCIA.....	152
→ ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO) ....	152
→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS) .....	152
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA .....	153
→ CONSELHOS PROFISSIONAIS .....	154
→ DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	154
→ AGÊNCIAS REGULADORAS E EXECUTIVAS .....	155
→ TERCEIRO SETOR (OSS, OSCIPS, SISTEMAS E FUNDAÇÕES DE APOIO) .....	155
→ CONCEITOS INICIAIS E TEORIAS DA RESPONSABILIDADE.....	155
→ RESPONSABILIDADE OBJETIVA DAS EMPRESAS ESTATAIS E DAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....	155
→ CLASSIFICAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS .....	155
→ CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO: CONCEITOS, PRINCÍPIOS, ABRANGÊNCIA E CLASSIFICAÇÕES.....	156
→ CONTROLE ADMINISTRATIVO (DIREITO ADMINISTRATIVO).....	156
→ PARLAMENTAR INDIRETO (TRIBUNAIS DE CONTAS E CONTROLE TÉCNICO-FINANCEIRO).....	156
→ CLASSIFICAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS .....	156
→ CONCEITO PARA AGENTES PÚBLICOS .....	156

→ CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS .....	156
→ FUNÇÕES, CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS.....	157
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 8º-A DA LEI Nº 8.429/1992).....	157
→ DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9º A 11 DA LEI Nº 8.429/1992).....	157
→ DISPOSIÇÕES GERAIS, DIREITOS E DEVERES DO ADMINISTRADO (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 9.784/1999).....	157

## DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL .....159

→ DIREITO PENAL - PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DE DIREITO PENAL .....	159
→ CONFLITOS DE LEIS PENAIS NO TEMPO (ARTS. 1º E 2º DO CP).....	159
→ LEI EXCEPCIONAL OU TEMPORÁRIA (ART. 3º DO CP).....	159
→ TEMPO DO CRIME (ART. 4º DO CP).....	159
→ LUGAR DO CRIME (ART. 6 DO CP).....	160
→ AÇÃO E OMISSÃO (ART. 13, § 2º, DO CP) .....	160
→ DOLO, CULPA E PRETERDOLO (ARTS. 18 E 19 DO CP).....	160
→ ERRO DE TIPO (ART. 20 DO CP) .....	160
→ NEXO DE CAUSALIDADE: CONCAUSAS (ART. 13, § 1º, DO CP) .....	160
→ FASES DO DELITO .....	160
→ ARREPENDIMENTO POSTERIOR (ART. 16 DO CP).....	160
→ IMPUTABILIDADE PENAL (ARTS. 26 A 28 DO CP).....	161
→ CLASSIFICAÇÕES DOS CRIMES .....	161
→ DAS LESÕES CORPORAIS (ART. 129 DO CP).....	161
→ DOS CRIMES CONTRA A HONRA (ARTS. 138 A 145 DO CP) .....	161
→ DO FURTO (ARTS. 155 E 156 DO CP).....	161
→ DO ROUBO E DA EXTORSÃO (ARTS. 157 A 160 DO CP) .....	161
→ MOEDA FALSA (ART. 289 DO CP) .....	161
→ FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO (ART. 297 DO CP).....	162
→ PECULATO (ART. 312 DO CP).....	162
→ CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317 DO CP).....	162
→ PREVARICAÇÃO (ARTS. 319 E 319-A DO CP).....	162
→ DIREITO PROCESSUAL PENAL - PROCESSO PENAL, SEUS SISTEMAS E PRINCÍPIOS .....	162
→ INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 4º A 23 DO CPP) .....	163
→ TEORIA GERAL DA PROVA PENAL (ARTS. 155 A 157 DO CPP) .....	163
→ DA PRISÃO EM FLAGRANTE (ARTS. 301 A 310 DO CPP) .....	163
→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - LEI Nº 8.069/1990 - (DOS CRIMES - ECA, ARTS. 225 AO 244-B).....	163
→ LEI Nº 8.072/1990 - CRIMES HEDIONDOS.....	164
→ DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (ARTS. 5º A 7º DA LEI Nº 11.340/2006) .....	164
→ DA ASSISTÊNCIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR (ARTS. 8º A 12 DA LEI Nº 11.340/2006) .....	164
→ LEI Nº 13.869/2019 - LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE (ANTIGA LEI Nº 4.898/1965).....	165

## DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL .....167

→ DIREITO CIVIL - DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE (ARTS. 1º A 10).....	167
→ DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE (ARTS. 11 A 21).....	167
→ DISPOSIÇÕES GERAIS - PESSOAS JURÍDICAS (ARTS. 40 A 52).....	167
→ DAS ASSOCIAÇÕES (ARTS. 53 A 61) .....	167
→ DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	167
→ CLASSIFICAÇÃO DOS BENS (ART. 79 A 97) .....	167
→ NEGÓCIO JURÍDICO. CLASSIFICAÇÕES. DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 104 A 114) .....	168
→ INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO (ARTS. 166 A 184).....	168
→ DAS OBRIGAÇÕES DE DAR (ARTS. 233 A 246).....	168
→ PRINCÍPIOS CONTRATUAIS NO CÓDIGO CIVIL.....	168
→ DISPOSIÇÕES GERAIS DOS DIREITOS REAIS (ARTS. 1.225 A 1.227).....	168
→ DIREITO PROCESSUAL CIVIL - PRINCÍPIOS PROCESSUAIS CIVIS (ARTS. 1º A 12 E CF/1988).....	168
→ DA AÇÃO (ARTS. 17 A 20).....	169
→ DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (ARTS. 21 A 41) .....	169
→ DA COMPETÊNCIA INTERNA (ARTS. 42 A 69).....	169
→ DA CAPACIDADE PROCESSUAL (ARTS. 70 A 76).....	170
→ DOS DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES (ARTS. 77 A 102).....	170
→ DOS PROCURADORES (ARTS. 103 A 107) .....	170
→ DO LITISCONSÓRCIO (ARTS. 113 A 118).....	170
→ DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO (ARTS. 144 A 148) .....	170
→ DA ADVOCACIA PÚBLICA (ARTS. 182 A 184).....	170
→ DA DEFENSORIA PÚBLICA (ARTS. 185 A 187) .....	171
→ DA FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 188 A 211).....	171
→ DO TEMPO E DO LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 212 A 217).....	171
→ DOS PRAZOS (ARTS. 218 A 235).....	171
→ DAS CARTAS (ARTS. 260 A 268).....	171
→ DAS NULIDADES (ARTS. 276 A 283) .....	171
→ DA TUTELA PROVISÓRIA (ARTS. 294 A 311) .....	171
→ DA PETIÇÃO INICIAL (ARTS. 319 A 331).....	172
→ DA CONTESTAÇÃO (ARTS. 335 A 342).....	172
→ DA REVELIA (ARTS. 344 A 346) .....	172
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 369 A 380).....	172
→ DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA (ARTS. 485 A 508).....	172
→ DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA (ARTS. 509 A 512) .....	173
→ DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA (ARTS. 513 A 538) .....	173
→ DISPOSIÇÕES GERAIS - RECURSOS (ARTS. 994 A 1.008) .....	173
→ DA APELAÇÃO (ARTS. 1.009 A 1.014).....	173
→ DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (ARTS. 1.022 A 1.026) .....	173



## LEI DE LICITAÇÕES..... 175

→ DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO, DEFINIÇÕES E AGENTES PÚBLICOS (ARTS. 1º A 4º, 6º A 10 DA LEI Nº 14.133/21).....	175
→ PRINCÍPIOS (ART. 5º DA LEI Nº 14.133/2021).....	176
→ OBJETIVOS, FASES E FORMALIDADES (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 14.133/2021).....	176
→ INSTRUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO (ARTS. 18 A 27 DA LEI Nº 14.133/2021).....	177
→ MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI Nº 14.133/2021).....	177
→ FASES DA LICITAÇÃO - JULGAMENTO, HABILITAÇÃO E ENCERRAMENTO (ARTS. 55 A 71 DA LEI Nº 14.133/2021).....	178
→ CONTRATAÇÃO DIRETA, INEXIGIBILIDADE E DISPENSA (ARTS. 72 A 75 DA LEI Nº 14.133/2021).....	178
→ FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 89 A 95 DA LEI Nº 14.133/2021).....	179
→ GARANTIAS (ARTS. 96 A 102 DA LEI Nº 14.133/2021).....	180
→ DURAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 105 A 114 DA LEI Nº 14.133/2021).....	180
→ NULIDADE DOS CONTRATOS (ARTS. 147 A 150 DA LEI Nº 14.133/2021).....	180

## ADMINISTRAÇÃO GERAL E AFO ..... 181

→ ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA - ORGANIZAÇÃO (INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO).....	181
→ ADMINISTRAÇÃO.....	181
→ ADMINISTRADOR.....	182
→ PROCESSO ORGANIZACIONAL E FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	182
→ EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE.....	183
→ INTRODUÇÃO AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO (DIRETRIZES, PRINCÍPIOS, CARACTERÍSTICAS, ETAPAS, NÍVEIS).....	183
→ PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	183
→ DESENHO ORGANIZACIONAL (CONCEITOS, TIPOS, CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO).....	184
→ INTRODUÇÃO AO PROCESSO DE DIREÇÃO (CONCEITO E CARACTERÍSTICAS).....	184
→ LIDERANÇA.....	184
→ GESTÃO DE CONFLITOS.....	185
→ PROCESSO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO.....	185
→ INTRODUÇÃO AO COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL (DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS).....	186
→ CLIMA ORGANIZACIONAL.....	186
→ CULTURA ORGANIZACIONAL.....	186
→ MOTIVAÇÃO.....	187
→ CONCEITO, PRINCÍPIOS, FUNDAMENTOS E EVOLUÇÃO DA QUALIDADE.....	187
→ RELAÇÕES DE EQUILÍBRIO ENTRE INDIVÍDUO E ORGANIZAÇÃO.....	188
→ A ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS.....	188
→ DESEMPENHO.....	188
→ AFO, DIREITO FINANCEIRO E CONTABILIDADE PÚBLICA - TÉCNICAS/ESPÉCIES ORÇAMENTÁRIAS (ORÇAMENTO PROGRAMA, TRADICIONAL, PARTICIPATIVO, BASE ZERO, ETC).....	189
→ PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS.....	189
→ PPA - PLANO PLURIANUAL (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964).....	190
→ LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964).....	190

→ LOA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964).....	191
→ CONCEITOS GERAIS (ORÇAMENTÁRIA E EXTRAORÇAMENTÁRIA, AFETAÇÃO PATRIMONIAL, REGULARIDADE, COERCITIVIDADE) .....	191
→ CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA DA RECEITA .....	192
→ CONCEITOS GERAIS SOBRE DESPESA PÚBLICA.....	192
→ CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA.....	192
→ DÍVIDA FUNDADA E DÍVIDA FLUTUANTE - CONCEITOS GERAIS.....	193
→ RESTOS A PAGAR (RAP).....	193

## **REDAÇÃO OFICIAL.....195**

→ DEFINIÇÃO E ATRIBUTOS DA REDAÇÃO OFICIAL.....	195
→ CONCEITOS, USO E CONCORDÂNCIA (PRONOMES DE TRATAMENTO).....	197
→ FECHOS E IDENTIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO .....	197
→ DEFINIÇÃO DE PADRÃO OFÍCIO E DOCUMENTOS.....	197
→ PARTES DO DOCUMENTO (PADRÃO OFÍCIO) .....	198
→ FORMATAÇÃO (PÁGINAS, TEXTO, NUMERAÇÃO) .....	199
→ EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E MENSAGEM .....	199
→ CORREIO ELETRÔNICO (REDAÇÃO OFICIAL) .....	199

# DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

## → DIREITO PENAL - PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DE DIREITO PENAL

### 1. (SELECON – 2022)

No REsp 672.225-RS, julgado em 07.08.2008, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça julgou o caso de uma contadora, que recebeu de uma cliente a quantia de R\$ 500,00 para quitar contribuições em atraso junto ao INSS e protocolar pedido administrativo para a concessão de auxílio-doença, não fazendo nem uma coisa, nem outra. Denunciada por apropriação indébita majorada pelo Ministério Público, a contadora foi absolvida pelo Tribunal de Justiça. A absolvição foi confirmada pelo STJ. Em seu voto-vista, o Ministro Nilson Naves sustentou que “as relações aqui descritas bem podem ser resolvidas na esfera cível (...)”

(Fonte Informativo STJ nº 0362)

A decisão do STJ, tal como descrita, é amparada no princípio da:

- a) legalidade
- b) culpabilidade
- c) insignificância
- d) subsidiariedade

## → CONFLITOS DE LEIS PENAIS NO TEMPO (ARTS. 1º E 2º DO CP)

2. (SELECON – 2022) Frank Kruger foi acusado de ter praticado um crime no ano de 1981. Posteriormente, em 1983, o fato considerado como criminoso deixou de existir favorecendo Frank. Nos termos do Código Penal e da doutrina aplicável, está caracterizada a denominada:

- a) ultra-atividade do crime
- b) modificação do crime
- c) abolição do crime
- d) desconsideração do crime

3. (SELECON – 2022) Ao legislador é vedada a criação de leis penais que incidam sobre fatos anteriores à sua vigência, tipificando-os como crimes ou aplicando pena aos agentes. Nesse sentido, é vedada a analogia para:

- a) criar tipos penais incriminadores
- b) interpretar a norma penal
- c) aplicar a escusa absolutória
- d) abrandar as infrações existentes
- e) incluir hipóteses correspondentes às elencadas pelo legislador, ainda que prejudiciais ao agente

4. (SELECON – 2022) Uma pessoa praticou um crime em maio de 2012, quando a pena prevista de forma abstrata era de 3 a 6 anos. Em 2014, o legislador reduziu a pena do crime, que foi fixada no mínimo de 2 e no máximo de 3 anos. Em 2015, nova lei alterou a pena do mesmo crime, que passou a prever o mínimo de 4 e o máximo de 6 anos. Caio foi julgado e condenado em primeiro grau em 2016, ocorrendo o trânsito em julgado da sentença condenatória em 2017. Nesse caso, o condenado será apenado com a pena em vigor no ano de:

- a) 2012
- b) 2014
- c) 2015
- d) 2016
- e) 2017

## → LEI EXCEPCIONAL OU TEMPORÁRIA (ART. 3º DO CP)

5. (SELECON – 2022) A Lei Z estabelece que, no período iniciado em janeiro de 2014 e terminado em dezembro de 2014, serão considerados crimes determinados fatos para regular situações decorrentes de evento relevante. Nos termos do Código Penal e da doutrina, essa lei deve ser considerada:

- a) parcial
- b) temporária
- c) previsível
- d) variável

## → TEMPO DO CRIME (ART. 4º DO CP)

6. (SELECON – 2023) HJ é professor de Legislação em curso de Humanidades e necessita apresentar temas de Direito Penal, como item necessário para a compreensão da sociedade. Após pesquisar a questão da aplicação da lei, ao constatar que o tempo do crime será o da ação ou da omissão, verifica que o Código Penal adotou a teoria da:

- a) atividade
- b) realidade
- c) efetividade
- d) ubiquidade

## → LUGAR DO CRIME (ART. 6 DO CP)

7. (SELECON – 2022) Com relação à aplicação da lei penal, considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria ter sido produzido o resultado. Para efeito de análise sobre o local do crime, o direito brasileiro adota a teoria da:

- a) atividade
- b) teleologia
- c) finalidade
- d) ubiquidade
- e) naturalidade

## → AÇÃO E OMISSÃO (ART. 13, § 2º, DO CP)

8. (SELECON – 2022) A omissão pode ser geradora de responsabilidade criminal quando o agente omissor estiver, nos termos das exigências do Código Penal, na posição de:

- a) espectador
- b) garantidor
- c) torcedor
- d) ativador

9. (SELECON – 2022) Agente de segurança pública presencia a destruição de uma placa de sinalização de trânsito em ação delitiva cometida por um cidadão. Apesar de presenciar a ação, a autoridade policial não realiza qualquer intervenção, ainda que pudesse evitar o resultado antijurídico. No caso, o servidor incorreu em conduta:

- a) omissiva própria
- b) deconivência
- c) comissiva por omissão
- d) de participação negativa
- e) atípica

## → DOLO, CULPA E PRETERDOLO (ARTS. 18 E 19 DO CP)

10. (SELECON – 2021) Bianca conduz um veículo automotor na contramão quando vem a colidir com outro veículo dirigido por Paula, que ultrapassou o farol vermelho. Nos termos das normas penais aplicáveis, deve ocorrer a:

- a) caracterização da culpa de Bianca
- b) exclusão da culpa de Paula
- c) compensação de culpas
- d) transformação das culpas

## → ERRO DE TIPO (ART. 20 DO CP)

11. (SELECON – 2022) Dênis participou do processo para obtenção da carteira nacional de habilitação, tendo sido aprovado e obtido o documento do órgão de trânsito competente. Posteriormente, após ser abordado por autoridade policial em fiscalização de trânsito, houve a constatação de que o documento de habilitação seria falso. Dênis aduziu que desconhecia essa falsidade diante dos fatos que arrolou. Nos termos do Código Penal, o caso é de:

- a) erro putativo
- b) erro de proibição
- c) erro sobre pessoa
- d) erro sobre elementos do tipo

12. (SELECON – 2022) LROY atua na área de Segurança Pública e participa de treinamento com o objetivo de realizar capacitação para fundar um curso especial e prosseguir em nova carreira. Um dos itens estudados consistiu em examinar os defeitos do ato delituoso. Nos termos do Código Penal, o erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o:

- a) dolo
- b) fundamento
- c) motivo
- d) objetivo

## → NEXO DE CAUSALIDADE: CONCAUSAS (ART. 13, § 1º, DO CP)

13. (SELECON – 2022) Caio utilizou um bastão de ferro para acertar golpes no crânio de Rui, com a intenção de matá-lo. Após perder a consciência, Rui é levado para o hospital ainda com vida. No trajeto, Léo, motorista da ambulância que o transportava, perdeu a direção do veículo após avançar o sinal vermelho, colidindo com uma árvore. Rui veio a óbito em função da colisão. Foi constatado que Léo estava alcoolizado no instante do acidente. Nessa situação, é correto afirmar, à luz do Direito, que:

- a) Caio deve responder por tentativa de homicídio, e Léo deve responder por homicídio doloso
- b) Caio e Léo devem responder por homicídio doloso
- c) Caio deve responder por tentativa de homicídio, e Léo deve responder por homicídio culposo
- d) Caio não deve responder por crime algum, e Léo deve responder por homicídio doloso
- e) Caio deve responder por crime de lesão corporal seguida de morte, e Léo deve responder por homicídio culposo

## → FASES DO DELITO

14. (SELECON – 2022) J.D. é preso, juntamente com onze indivíduos, escavando um túnel iniciado em um imóvel residencial em direção ao cofre central de instituição financeira, já tendo atingido o seu objetivo final e apenas aguardando o ingresso no interior do recinto bancário para a consumação do delito. Nos termos do Código Penal e da doutrina dominante, esses atos devem ser considerados como de:

- a) preparação
- b) execução
- c) cogitação
- d) pensamento

## → ARREPENDIMENTO POSTERIOR (ART. 16 DO CP)

15. (SELECON – 2022) D.T. praticou crime de furto, tendo se apropriado indevidamente da bicicleta de Turandot. Vinte e quatro horas após o delito, D.T. devolve a bicicleta à sua proprietária. Nos termos do Código Penal, é caso de:

- a) desistência voluntária
- b) ato de vontade descriminalizador
- c) arrependimento posterior
- d) restituição eficaz

### → IMPUTABILIDADE PENAL (ARTS. 26 A 28 DO CP)

16. (SELECON – 2023) QD atua vinculado à Polícia Judiciária e compõe equipe que investiga diversos crimes contra a pessoa. Em determinada investigação, verifica, em conjunto com alguns colegas, que o acusado pela realização do crime tem incapacidade mental. Comunica essa percepção ao Juízo competente, que determina a realização de exame médico. O diagnóstico foi de oligofrenia, situação que impediria o entendimento do caráter ilícito do fato. Nos termos do Código Penal, seria caso de:

- a) correlação
- b) suspensão
- c) estabilidade
- d) inimputabilidade

### → CLASSIFICAÇÕES DOS CRIMES

17. (SELECON – 2022) G. W. prepara uma apresentação sobre a classificação dos crimes e constata que existe uma variedade extensa de tipos e diversas teorias sobre os fatos delituosos. Quando a execução do crime é indelegável, intransferível, sendo considerado personalíssimo, a doutrina indica ser o mesmo crime:

- a) de mão própria
- b) próprio
- c) especial
- d) iminente

### → DAS LESÕES CORPORAIS (ART. 129 DO CP)

18. (SELECON – 2022) Maristela, integrante do Conselho Penitenciário, é espancada por Roberval, parente de um detento, em virtude da função pública por ela exercida. No evento, a vítima perde a visão de um dos olhos, mantendo-se íntegra a visão do outro. É correto afirmar que Roberval praticou crime de:

- a) lesão corporal grave
- b) lesão corporal gravíssima
- c) lesão corporal grave majorada
- d) lesão corporal gravíssima majorada

### → DOS CRIMES CONTRA A HONRA (ARTS. 138 A 145 DO CP)

19. (SELECON – 2021) Crimes digitais são delitos praticados por meio de meios digitais que podem ser enquadrados pela Lei Penal Brasileira, resultando em sanções penais. Os crimes digitais são cada vez mais comuns porque as pessoas cultivam a sensação de que o ambiente virtual é uma terra sem leis. A falta de denúncias também incentiva fortemente o crescimento do número de golpes virtuais e de situações de violência digital, como as duas formas exemplificadas a seguir.

I. Intimidação sistemática praticada via internet, nada mais do que um crime contra a honra praticado em meio virtual. Segundo o Código Penal, esse crime pode ser de três tipos: calúnia, injúria ou difamação.

II. Perseguição praticada pela rede. É o crime de ameaça, definido no Código Penal, também considerado uma contravenção penal, a perturbação da tranquilidade. Entretanto, no caso de os crimes serem praticados por menores de 18 anos, a prática será caracterizada como ato infracional, punível com medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

As duas formas caracterizadas em I e II são conhecidas, respectivamente, como:

- a) cyberbullying e cyberstalking
- b) cyberstalking e cyberbullying
- c) cyberphishing e cyberflooding
- d) cyberflooding e cybersnooping

### → DO FURTO (ARTS. 155 E 156 DO CP)

20. (SELECON – 2022) A.S. treinou seu animal de estimação para invadir residências e delas retirar objetos de valor normalmente integrados por ouro puro, com treinamento que permitiu tal reconhecimento. Essas subtrações foram descobertas ao acaso. O crime de furto com tais características pode ser classificado como sendo:

- a) especial
- b) próprio
- c) impossível
- d) comum

### → DO ROUBO E DA EXTORSÃO (ARTS. 157 A 160 DO CP)

21. (SELECON – 2022) Tício andava em via pública e foi abordado por Marcos, que, portando um revólver, anunciou assalto e tomou para si o celular, relógio e carteira da vítima. Poucos minutos depois, o assaltante subiu em uma moto e fugiu. Após chegar ao seu destino, o agente desceu do veículo e foi abordado por autoridade policial. Ao ser questionado sobre a arma de fogo e os bens subtraídos, ele confessou a prática do roubo. O crime foi consumado no momento em que:

- a) ocorreu a confissão
- b) os bens subtraídos passaram para o poder do agente
- c) o assalto foi anunciado
- d) os bens estavam sendo transportados no veículo
- e) o agente chegou ao seu destino

22. (SELECON – 2022) No crime de extorsão, a vítima é coagida pelo autor do crime a fazer, tolerar que se faça ou deixar fazer alguma coisa, com o objetivo de obter uma vantagem econômica indevida. Assinale a alternativa que apresenta uma característica desse tipo penal:

- a) A vantagem indevida é obtida por meio de uma subtração da coisa pretendida.
- b) A colaboração da vítima é dispensável.
- c) A vantagem buscada é para fruição imediata.
- d) Se a vítima não quiser fazer a coisa, não tem como o agente fazer sozinho.
- e) A vantagem econômica indevida somente pode ser um bem móvel.

### → MOEDA FALSA (ART. 289 DO CP)

23. (SELECON – 2023) Renato utilizou uma nota de R\$ 100,00 (cem reais) falsificada para pagar uma dívida que tinha com Carla. Após alguns dias, descobriu-se que a cédula era falsa e, antes que houvesse denúncia, Renato ressarcia Carla por seus prejuízos. Nesse caso, Renato praticou:

- a) fato atípico
- b) crime de moeda falsa
- c) crime de falsidade material
- d) crime de falsidade de sinal público